



Na ciência, “todos os governos adoram pôr o carro à frente dos bois”

Maria Manuel Mota é uma cientista activista e passa horas a fazer *lobby* pela ciência em Portugal. Coloquial e franca, revela os bastidores desse combate e os sonhos para o Portugal de 2030. “Se há retrocesso na ciência? Nem sei. O problema é que não temos previsibilidade.”

Bárbara Reis, Teresa Firmino (texto) e **Nuno Ferreira Santos** (fotografia)
16 de Fevereiro de 2020, 7:31

PATROCÍNIO **BiG** BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL

É uma activista científica? “Sim, gosto disso”, responde Maria Manuel Mota. Directora do [Instituto de Medicina Molecular](#) (IMM) da Universidade de Lisboa desde 2014, fez a sua primeira grande descoberta em malária nos Estados Unidos (publicada na *Science* em 2001) ao provar que o parasita entrava e saía de várias células do fígado até se instalar numa. [Ganhou o Prémio Pessoa 2013](#) e [dedica horas a fazer *lobby* pela ciência](#). Uma longa conversa sobre os sonhos de uma cientista portuguesa que quer viver e trabalhar em Portugal. E que sonha com previsibilidade e uma Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) competente, oleada e com mais autonomia política.

Lá em baixo, à entrada do IMM, está escrito em letras grandes: “À procura de perguntas.” Nós estamos à procura de pistas para antecipar o que vai ser Portugal em 2030. Como imagina a ciência daqui a dez anos?

Não sabemos, é difícil antecipar o que vai ser. O mais importante — por isso o mote do IMM é “procuramos perguntas” — é sabermos o que gostaríamos que fosse e desenhar uma estratégia. É isso que falta ao país. Não só na ciência, em tudo: não termos pensamento sobre o que gostaríamos de ser daqui a dez, 20, 50 anos. Devíamos estar sempre a pensar nisso. E no ano seguinte pensar de novo. Não é porque se pensou uma vez que deixa de se pensar. Provavelmente vai mudar pelo caminho, mas temos de ter o objectivo. Quando educamos os nossos filhos, desde o início perguntamos: “O que queres ser quando fores

grande?” Não quer dizer que o que diz aos seis anos é o mesmo que diz aos 12 ou 18. Precisamos de sonhar.

É impossível pensar na ciência sem pensar na sociedade. Gostaria que tivéssemos uma sociedade que acredita que toma as melhores decisões quando se baseia no conhecimento e gostasse de estar no centro da criação de conhecimento. Na ciência é o mesmo: gostaria de ter uma política de ciência que investe em pessoas para criarem esse conhecimento. Não vale a pena dizer no discurso político: “A ciência é muito importante para nós.” São palavras vazias. O que precisamos de dizer é: “Temos um sonho, queremos que a ciência esteja no centro da sociedade.” Para isso, é preciso investir desde os bebés. É ir à escola aprender que gostamos de aprender. Esse é o meu sonho para o país.

Em termos práticos: gostava que tivéssemos um concurso anual para as melhores ideias. Quem é que tem as melhores ideias? A ciência não é feita para Portugal, é feita para o mundo. É importante termos criação de conhecimento para podermos tomar decisões mais acertadas. A ciência não cria só conhecimento, forma pessoas. As pessoas formadas através de uma educação científica tomam decisões racionais — e não apenas emocionais.



Maria Manuel Mota

Que avaliação faz da actual estratégia para a ciência em Portugal?

Não compreendemos a estratégia. É muito difícil dizer que alguma vez compreendemos. Houve uma estratégia clara quando entrámos para a Comunidade Económica Europeia (CEE). Em 1986 e nos anos seguintes, houve muito dinheiro injectado na ciência. A estratégia era clara: não tínhamos escola, tínhamos de criar escola. Pegou-se em pessoas,



financiou-se a ida para o estrangeiro e depois era preciso atraí-las para que voltassem e abrissem escolas cá.

Era mais simples, havia muito pouco.

Não podemos estar sempre a reinventarmo-nos, a subir e a voltar à estaca zero. Essa estratégia já não faz sentido. Temos escolas. Hoje o que precisamos é de criar as melhores pessoas, ter as melhores ideias e sustentabilidade. As escolas têm de estar sempre a ser avaliadas. Faculdades, centros universitários e de investigação, tudo isso é “escola”, lugares onde se cria e transmite conhecimento. A avaliação é simples: quem tem os melhores consegue atrair os melhores. Os que têm as melhores ideias e que as conseguem transmitir. Não é complicado. Melhor ainda: não temos de inventar a roda, já existe a funcionar em vários sítios do mundo. Claro que podemos pensar em termos ideológicos coisas diferentes: queremos os programas doutorais dentro das instituições ou os programas são financiados e centralizados pela [Fundação para a Ciência e a Tecnologia](#) (FCT) em concursos nacionais? Com toda a franqueza, acho que o tecido científico absorve qualquer destas ideologias.

Não prefere uma?

Pessoalmente, posso preferir: faz sentido estar centralizado quando não há maturidade, quando temos medo de que não tenham capacidade. Mas quando as escolas estão maduras, vão fazê-lo. Não vão beneficiar o amigo ou o primo, porque têm maturidade para saber que o bem comum é maior do que o bem individual. As duas ideologias têm tempos diferentes. Não têm de ser em todos os locais ao mesmo tempo. Nem nas pessoas se atinge a maturidade na mesma idade. Claro que é difícil, porque se não forem todos iguais, uns sentirão que há beneficiados e prejudicados. Diria que o IMM é uma instituição mais madura — puxo a brasa à minha sardinha —, mas se fizermos pela outra ideologia, ok, não há problema.

A avaliação é o principal pilar dessa estratégia?

O principal pilar é a meritocracia e tem de haver avaliação. Mas não vale a pena haver avaliação e querer-se meritocracia se não houver ovos para distribuir.

Dinheiro?

Dinheiro. Tem de haver financiamento.

É preciso mais dinheiro na ciência portuguesa?

Tem de haver mais dinheiro e mais dinheiro é importante. Mas mais do que mais dinheiro, é preciso consistência e estratégia. Não faz sentido estarmos três anos seguidos sem um concurso para projectos, como aconteceu recentemente. Os [National Institutes of Health](#) (NIH), desde os anos 1930, depois da Grande Depressão, decidiram que iam financiar ciência e desde essa altura que têm três concursos anuais de projectos: 5 de Fevereiro, 5 de Junho, 5 de Outubro. Só trabalhei nos EUA três anos e foi há 20 anos, e ainda sei estas datas, tal a tradição.



"A ciência não é feita para Portugal, é feita para o mundo"

Maria Manuel Mota

Há falta de previsibilidade?

Sim. Portugal não precisa de três datas. Não tem dimensão. Portugal precisa de um concurso anual para as melhores ideias. O que se ouve dos governos é que isso não é possível porque não temos orçamentos plurianuais, ou seja, não podemos planear para os anos seguintes. É uma mentira completa. Não é preciso ser muito inteligente para olhar para os orçamentos para a ciência ao longo dos anos e ver que é quase sempre igual. Não há orçamentos plurianuais, mas a regra pode lá estar. Como gostaria de ver a ciência em Portugal em 2030? Com consistência e previsibilidade: sei qual é o calendário, sei quando devo marcar férias, sei quando há concursos.

Isso existe porque impera a visão de que a ciência deve ser uma actividade lucrativa?

Não. Acho que é só incompetência. Depois de anos, diferentes governos, diferentes partidos e diferentes pessoas, acho que é apenas incompetência. Individualmente, as pessoas até podem ser competentes, mas a máquina da FCT é incompetente. Nunca a oleamos o suficiente para fazer o seu trabalho bem feito. Provavelmente, a própria FCT tem pouco pessoal e a máquina não é avaliada. Como cientista, estou preparada para pagar uma percentagem maior para a administração e ter uma administração eficiente. Vangloriarmo-nos de que gastamos pouco na administração e a administração não servir



para nada é deitar dinheiro fora. Prefiro que se gaste mais um bocadinho e seja competente.

Incompetente em quê?

É uma mistura de incompetência e vontade de querer fazer sempre diferente. Vem um novo governo e quer fazer diferente. Como quer fazer diferente, tem de começar um novo programa. Imagine que tínhamos um calendário anual no qual havia sempre um concurso em Fevereiro. Com as eleições em Outubro, o governo já não vai a tempo de mudar as regras e por isso não se abre o concurso. De repente, o ano passou. No ano seguinte, quando abre um concurso, em vez de haver 2 mil projectos candidatos a financiamento, há 4 mil. É como levar um camião com comida para uma multidão que não come há três dias.

As pessoas atropelam-se.

Sim. A máquina entope. Como é que a máquina da FCT consegue organizar a avaliação do dobro dos projectos que tem normalmente? Como é que arranja cientistas internacionais que façam a avaliação?

Há cientistas que dizem que não é preciso “mais dinheiro”, mas “mais organização”.

Temos de ter cuidado a dizer isso porque parece que nadamos em dinheiro e não é verdade. Vivemos sempre num mundo muito curto de dinheiro. Mas, mais grave do que pouco dinheiro, é não sabermos quando é que ele existe e em que formas. Todos os governos adoram programas diferentes e todos adoram pôr o carro à frente dos bois. Temos um programa com o qual a comunidade científica já se habituou a trabalhar, que faz há três anos. Um programa qualquer: doutoral, um concurso de projectos, o que seja. Vem um novo governo e diz: “Vamos mudar.” Mas em vez de dizer “mantemos o programa actual e integramos o novo durante um período de transição”, acaba com o programa que existe! Como não há transição, há um fosso. Isso cria uma instabilidade enorme a todos os níveis: nas instituições, porque os salários têm de ser pagos...

... essa instabilidade chega ao ponto de não saberem se têm dinheiro para os salários?

Sim, obviamente.

Já aconteceu aqui?

Sim. Até temos problema de pagamentos. Temos x projectos e x financiamento, mas o financiamento que recebemos da FCT é pago mediante o gasto. Gastamos primeiro, apresentamos facturas e somos reembolsados. Para isso, temos de ter um fundo de maneiço, que tem um limite. Quando o atraso no pagamento cria um fosso que chega a milhões de euros, de repente, não temos dinheiro para pagar os salários.



"Não vale a pena haver avaliação e querer-se meritocracia se não houver ovos para distribuir"

Maria Manuel Mota

Como é que resolveu?

Há instituições que pedem empréstimo aos bancos. O IMM nunca o fez. A minha estratégia é recorrer aos níveis mais altos, até chegar ao ministério. Ponho-me ao telefone até o assunto estar resolvido. E digo sempre: "Não vou ao banco, não sei se querem ter o impacto de as pessoas não receberem os salários no fim do mês."

Quando aconteceu isso pela última vez?

Antes do Verão, não tínhamos dinheiro para pagar o subsídio de férias.

E que valor tinham a receber da FCT?

Umhas boas centenas de milhares de euros. Salários, reagentes, coisas que já tínhamos pago e tinham de ser reembolsados. Há um ponto em que os fundos de maneo acabam.

No Manifesto pela Ciência, de 2018, e numa carta aberta aos partidos, de 2019, usam a expressão "ansiedade" para descrever a vida dos cientistas em Portugal. Pelo que conta, passou noites sem dormir.

Muitas noites sem dormir.

Falou com o ministro?

Sim.

A solução apareceu quando? Quarenta e oito horas depois.



"Mais do que mais dinheiro, é preciso consistência e estratégia"

As pessoas no IMM chegaram a saber que havia o risco de não receberem o subsídio de férias?

Os serviços financeiros sabem, basta olharem para as contas bancárias, mas o resto das



peças não. Não é a primeira vez. De ano e meio em ano e meio, temos uma situação destas. A FCT deve-nos sempre dinheiro, mas só de vez em quando é que chega a este ponto.

Para além dos salários, como é que isto afecta a vida dos cientistas?

Afecta imenso. Para recrutar os melhores para o IMM, digo-lhes: “Tu tens de te preocupar em trazer dinheiro e eu garanto as melhores condições possíveis para obteres logo resultados.” No início dou-lhes *seed money* (se não semeamos, não colhemos) para fazerem logo as primeiras experiências, terem resultados preliminares e poderem candidatar-se — sem resultados preliminares, nem podem tentar. Mas se não há concursos, eles não podem candidatar-se. E o sistema bloqueia. Recruto pessoas inteligentes, criativas e que têm um bom currículo. São ganhadores à partida, são o que o país quer. A certa altura começam a dizer-me: “Maria, eles este ano ainda não disseram nada... vai haver concurso ou não?”

Num “simplex para a ciência”, como dizem no Manifesto, começaria por olear a máquina da FCT?

Sim. Um dos problemas que abordámos no Manifesto era o Código dos Contratos Públicos (CCP). Era um problema gigantesco, que só conseguimos resolver no ano passado. Para cumprir a lei, um cientista pedia um reagente e esperava 24 dias até chegar. Era o mínimo exigido por lei: para um frasquinho que custa 50 ou 100 euros, tínhamos de ter um concurso, um mínimo de três fornecedores a concorrer. Quando falávamos disto, respondiam: “Não é verdade, podem usar o mesmo fornecedor até 20 mil euros.”

"Gostaria que tivéssemos uma sociedade que acredita que toma as melhores decisões quando se baseia no conhecimento"

Maria Manuel Mota

O problema é que isso não se encaixa numa instituição como o IMM, que gasta cinco milhões de euros em reagentes. Em Janeiro, já esgotámos os 20 ou 30 mil do *plafond* do que pode pedir-se sem concurso público. No IMM, a 31 de Janeiro, os cinco principais fornecedores estão caducados. No resto do ano, tínhamos de fazer compras de mais de um milhão de euros em parcelas de 50, 100 ou 200 euros. Foi uma batalha duríssima. Todos nos envolvemos, cientistas de todo o país, Arlindo Oliveira, Elvira Fortunato... Fui a mais de 50 reuniões com secretários de Estado, direcções-gerais, CCDR... o dinheiro vem de diferentes fontes e todos têm de estar de acordo. Algumas regras são europeias, mas dá-me ideia de que em Portugal fazemos as regras mais restritas, porque as pessoas têm medo do Tribunal de Contas. Nessa altura, aqui no IMM, andámos muito mais em baixo do que no período da *troika*. As pessoas tinham dinheiro e não podiam comprar nada. Eram regras superburocráticas, provavelmente desenhadas para a administração local, para evitar os contratos aos amigos, mas que não fazem sentido nenhum para a ciência.

Como é agora?

Fez-se uma excepção para a ciência, criando-se uma alínea, que é lei desde 2018. Porque é que digo que a máquina é incompetente? A máquina não percebia o que é que tinha de fazer. Só nos diziam: “Não é possível.” E todos respondiam: “Não somos nós que fazemos as regras.” É mesmo kafkiano: ninguém faz as regras?! Às tantas dizíamos: “Mas quem é

que manda?" E ninguém sabe! Uma vez, já depois de ir a dezenas de reuniões, cheguei e disse: "Meus senhores, temos de fazer uma reunião todos juntos, porque nunca ninguém sabe de quem é a responsabilidade. Se estivermos todos, alguém vai ter de dizer: "Final, eu mando mais do que todos." O mais importante é que fomos nós, os cientistas, que criámos a solução. Contratámos advogados e dissemos qual era o nosso sonho.



"Individualmente, as pessoas até podem ser competentes, mas a máquina da FCT é incompetente"

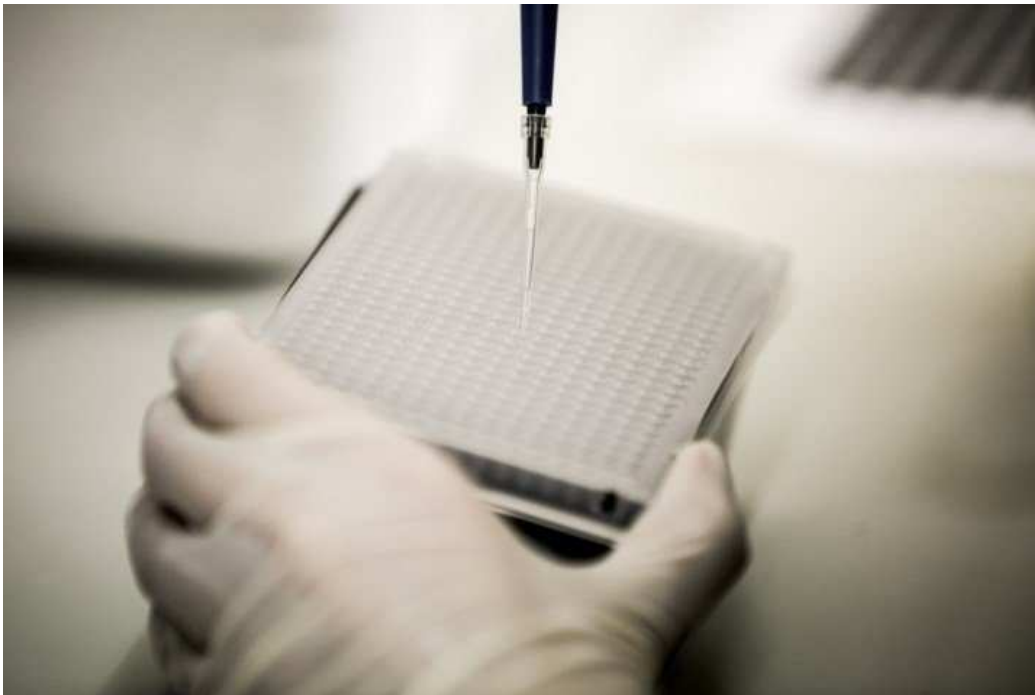
Para a batalha do IVA, o processo de *lobby* foi diferente — foram aos partidos —, mas também ganharam: a isenção de IVA para a ciência foi integrada no Orçamento do Estado (OE) de 2020.

Andámos anos com esta batalha. Em 2002, quando regresssei dos EUA, pensei como era incrível o que os cientistas em Portugal pagavam em IVA para comprar equipamentos, materiais e serviços. Na Universidade de Nova Iorque, para levar a jantar um cientista eu tinha um cartão da universidade, que o restaurante reconhece como cartão que não paga o VAT — o nosso IVA. Quando cheguei a Portugal, fiquei surpreendida por ver que os cientistas pagavam 19% de IVA — que depois aumentou para 21% e durante a *troika* para 23%. Na altura, os projectos europeus não aceitavam IVA, pelo que tínhamos de enviar facturas sem IVA e o instituto pagava o IVA à parte. Mas as instituições não tinham dinheiro para o pagar. Imaginem um cientista que recebe um milhão de euros de um fundo europeu: o IMM teria de pagar 190 mil euros de IVA. Como não tinha dinheiro para isso, fazíamos cambalacho: o sistema conduz a isso, faz com que as pessoas aprendam a ser aldrabonas!

Por causa disto, em 2004, criei a Associação Viver a Ciência e queria que se envolvesse neste problema, mas não consegui. Depois veio a crise e a *troika* e tivemos várias reuniões, em minha casa e na casa de outros cientistas, mas achámos que não era altura. Agora que supostamente estamos a viver melhor, falámos outra vez. Peguei num documento de 2004 com a situação europeia em relação ao IVA da ciência. Propus o problema ao director financeiro do IMM e ele apresentou-me uma tabela. Foi isso que publiquei no Twitter.

A ideia foi sua?

Toda a gente já teve esta ideia. Eu só a reiniciei. Mas a reacção, especialmente dos mais velhos, foi: “Maria, isso é impossível. É uma luta de 30 anos, nunca vai acontecer.” Disse aqui no IMM: “Estou sozinha, a maior parte das pessoas nem acredita que seja possível.” A Inês, da comunicação do instituto, disse-me: “Põe no Twitter e vemos o que acontece.” Pusemos — acho que foi o meu primeiro *tweet* — e de repente teve uma reacção enorme de cientistas de fora. “Incrível, como é que vocês pagam IVA!” Foi aí que pensámos: estamos em período de eleições, estamos a olhar de novo para o [manifesto](#), vamos incluir o IVA.



Para Maria Manuel Mota, e apesar dos avanços alcançados, ainda "estamos longe de uma vacina universal, porque há muitos parasitas da malária" DANIEL ROCHA

O que dizia o *tweet*?

Já não me lembro, mas posso ver. [Abre o computador e procura]. Foi a 11 de Abril. “Será uma surpresa para muitos, [mas Portugal não tem isenção de IVA para os institutos científicos](#). Não tenho dúvida de que todos juntos podemos mudar isto. A equipa financeira do IMM comparou Portugal com outros países da União Europeia: os resultados incitamos a iniciar uma campanha para obter a isenção de IVA para a ciência em Portugal.” Em Julho, fiz outro *tweet*. Chamei à campanha #NoVATforscience. “É tempo de agir. Precisamos de todos, cientistas e não cientistas, portugueses ou cidadãos do mundo, para acabar com o IVA na ciência em Portugal. Junte o seu nome, instituição e nacionalidade.”



As reacções deram-lhe ânimo.

Sim, pensámos: se calhar é possível. Isto é uma maratona, não é uma corrida de 100 metros, que fazemos agora e está ganho. Não: isto é uma maratona e de vez em quando há umas passagens de testemunho: o IVA, o CCP... o CCP era mesmo estrangulador.

E de repente, em Outubro, o primeiro-ministro António Costa anuncia na televisão que o novo OE devolve os 23% de IVA cobrados à ciência.

Não vi o discurso em directo, mas o meu pai, que tem 81 anos, telefonou-me a perguntar se eu tinha visto. “Não, papá” — ainda trato o meu pai assim. “Ele falou de ciência.” E eu: “Todos falam em ciência.” Passado uns minutos, começo a receber vídeos do que Costa tinha dito. Na imagem da televisão, o rodapé dizia que o salário mínimo ia subir. Eu estava ocupada e não abri o vídeo. Acho óptimo o salário mínimo aumentar, mas porque é que me estão a enviar estes vídeos todos? Só depois percebi que os vídeos eram do momento em que Costa está a dizer que ia acabar com o IVA na ciência! Foi a maior vitória política que tivemos na ciência portuguesa dos tempos modernos!

Na prática, como vai funcionar?

Ainda não sabemos bem. O problema é saber como é que se faz a restituição. É despesa a despesa? Mas acho que vai funcionar. Sei que está a ser estudado e que o Governo está cheio de vontade de que isto ande para a frente.

Que impacto espera que a isenção do IVA tenha no IMM?

Estamos a falar de um ganho de 11% a 14% por projecto científico. Vamos poder gastar até mais 14% por projecto. Uma diferença brutal. Num milhão, estamos a falar de mais 110 ou 140 mil euros.

Fez cálculos para o IMM?

É cerca de um milhão por ano. Este dinheiro não é para a instituição, é apenas para projectos científicos. É muito importante que fique claro: este dinheiro é devolução para os cientistas. O dinheiro que o IMM tem para a sua estrutura, água, luz, salários da casa dos animais, não vem do financiamento dos projectos. Quando falamos em isenção de IVA, é de isenção do dinheiro dos projectos científicos, é dinheiro gasto nos laboratórios.

Na carta aberta, os cientistas signatários pedem “autonomia política” para a FCT. Estão a falar de quê?

É um assunto delicado. Nem todos no grupo são a favor da mesma ideia. [O orçamento da FCT vem do OE](#) e de fundos estruturais da União Europeia. Sendo o OE um instrumento político de financiamento da ciência, é difícil ter independência política. A questão da autonomia tem que ver com a calendarização. Haver ou não concursos não pode depender do ministro que lá está. Pelo menos parte do orçamento da FCT devia ser independente do Governo. Devia haver um pacto de regime transversal a todos os partidos do que é essencial para a ciência: x para concursos anuais, x para [emprego científico](#)... tem de estar sempre lá. A comunidade científica vê os presidentes da FCT como uma extensão do ministério. Gostaríamos que fosse mais independente. A FCT devia representar a comunidade científica e não o Governo. Nos EUA, o presidente dos NIH é nomeado pelo Presidente norte-americano, mas vai todos os anos ao Senado pedir e justificar o seu financiamento. Há mais independência. É este equilíbrio que devemos atingir. Das

medidas que propomos, é a mais controversa e nós próprios não sabemos bem o que quer dizer aquela frase.

Maria M. Mota
@MariaMMota2

To many of you this may come as a surprise but [#Portugal](#) doesn't have any VAT tax exemption/reimbursement scheme for scientific institutions. I have no doubts that we should all unite to change this scenario. Join us [#NoVAT4Science](#) and share your ideas.

Portugal
Higher VAT rate & NO tax exemption/reimbursement scheme for scientific institutions

	Portugal	Spain	Belgium	France	Italy	Romania	United Kingdom
VAT	23%	21%	20%	19%	22%	21%	20%
VAT IN SCIENCE	No Exemption	100% VAT exemption/reimbursed*	100% VAT exemption/reimbursed*	100% VAT exemption/reimbursed*	(Still waiting for requested information)	100% VAT exemption/reimbursed*	100% VAT exemption/reimbursed*
GOV. GEND	1,06 B	5,37 B	17,33 B	26,4 B	8,21 B	2,65 B	10,16 B
TOTAL GEND	2,4 B	14 B	50 B	94 B	23 B	11,8 B	39 B
GEND % of GDP	1,3%	1,2%	2,18%	3,05%	1,37%	2,6%	1,68%

*Surveyed institutions: CNIG - Spain; VIB - Belgium; Institute Curie - France; ETH - Switzerland; MPG - Germany
Gov UK - 4.1 Grants and services supplied to an eligible body that qualify for zero rating

Portugal lags behind in most of the selected indicators when compared with peer countries

A New Deal for Science in Portugal

266 13:23 - 11 de abr de 2019

165 pessoas estão falando sobre isso

Na prática, o que mudaria para dar autonomia política à FCT?

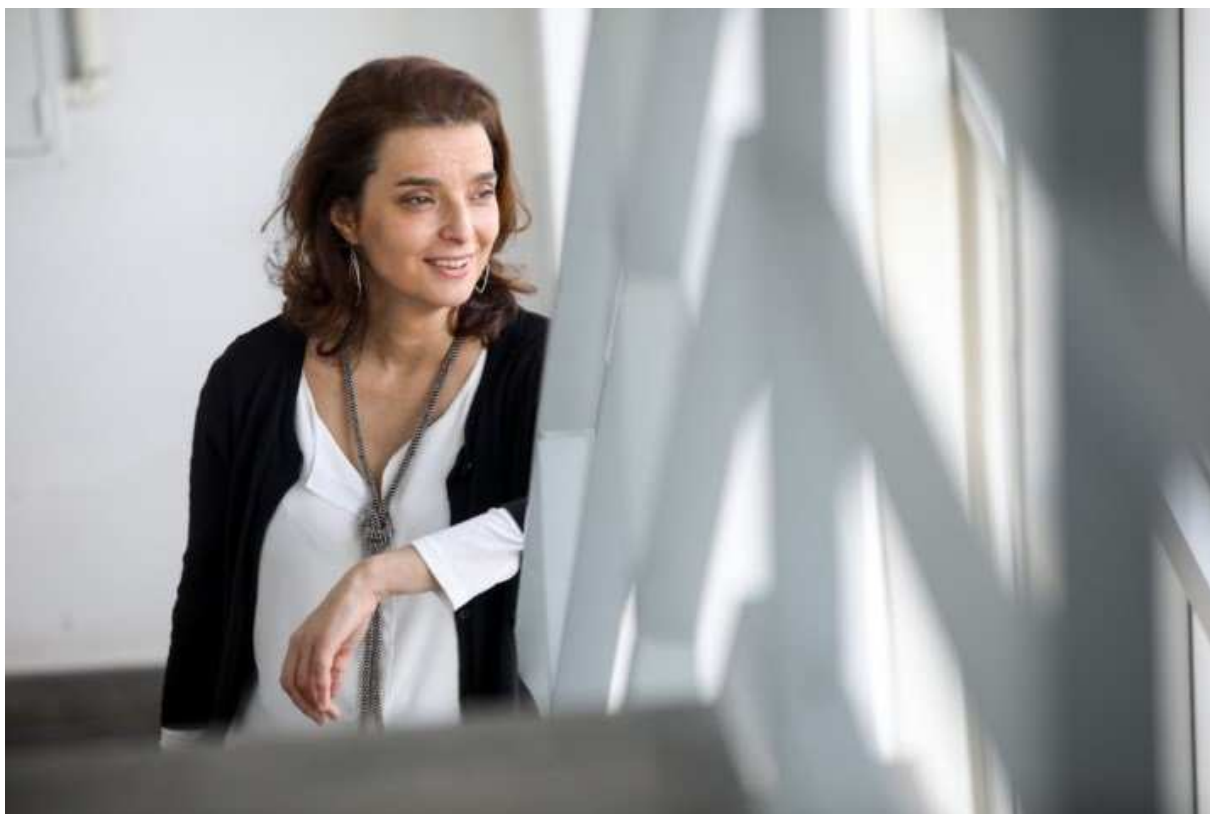
Seria necessário a FCT ter dois orçamentos: um fixo (valor anual para abrir concursos de ideias, para [emprego científico](#), para as instituições...) e outro que é "criativo", mais dependente das ideias de cada ministro e que é negociado para cada OE. Como o dinheiro é sempre curto, é difícil de implementar.

O que é esse pacto para a ciência, para além das questões orçamentais?

O meu sonho é que houvesse um pacto para o conhecimento — a ciência como conhecimento. Um pacto de regime para a ciência entre todos os partidos. Tem de haver um financiamento garantido e previsível. Para nós, isto é o essencial. Não podemos estar sempre a viver à espera de fundos estruturais, que não fazemos ideia se vêm ou se não e que, afinal, não vão para a ciência. Tem de haver um OE claríssimo para a ciência em Portugal.

Fala-se muito em “retrocesso na ciência” em Portugal. Houve regressão nos últimos cinco anos?

Não há uma ideologia certa ou errada para isto. Há formas racionais e podemos pensar que pode ser melhor desta forma ou de outra. Se for feita, e se houver tempo para nos prepararmos, nós, cientistas, somos racionais: habituamo-nos e fazemos. O problema é a irracionalidade, a falta de previsibilidade, a falta de consistência — isso é que é grave. Se há retrocesso na ciência? Nem sei dizer. O problema é que não temos previsibilidade. As pessoas falam de “retrocesso” como se alguma vez tivéssemos estado maravilhosamente bem. Previsibilidade? Nunca tivemos!



"Devia haver um pacto para a ciência transversal a todos os partidos"

Maria Manuel Mota

Como é que **os partidos olham para a ciência**?

Basta olhar para os programas eleitorais. Há partidos que nem mencionam a palavra “ciência”. Dito isso, palavras significam pouco. No Manifesto, há cientistas de todos os partidos. Mostrar aos deputados que a ciência é importante faz parte do nosso trabalho.

As duas batalhas ganhas — CCP e IVA — mostram que os cientistas, se quiserem, conseguem mudar as coisas?

Sem dúvida. Não temos de ser todos a fazê-lo, porque um cientista é pago para ser criativo, desenvolver as melhores ideias e descobrir coisas. Mas tem de haver na comunidade científica um grupo que se mexe. Se os outros quiserem contribuir, ótimo! Temos de ganhar a confiança dos cidadãos. Gastamos dinheiro aos contribuintes e eles têm de saber



como os impostos são gastos. Parte deles é na ciência. Queremos mostrar-lhes que são bem gastos.

Vê-se como uma cientista activista?

Sim, gosto disso. Sempre gostei de usar parte do meu tempo no activismo para a ciência. Acredito numa sociedade baseada no conhecimento. Para mim, faz todo o sentido esta luta, uma luta política e ideológica, mas sem as ideologias de esquerda e direita. É uma ideologia transversal à sociedade. O outro activismo onde gasto energia é na defesa da igualdade de género.

"Sempre gostei de usar parte do meu tempo no activismo para a ciência. Acredito numa sociedade baseada no conhecimento. (...) O outro activismo onde gasto energia é na defesa da igualdade de género."

Como avalia as medidas tomadas para o **emprego científico?**

Há dois lados. Tivemos durante anos um sistema que foi bastante benéfico, mas abusou-se bastante. Faz sentido que os estudantes de doutoramento tenham uma bolsa e uma segurança social básica. Estão a criar a sua própria carreira e a bolsa dá-lhes liberdade. A pessoa pode ir-se embora [para outro laboratório] e levar o dinheiro, porque a bolsa é dela. Da mesma maneira, deve haver uma bolsa para os primeiros três ou quatro anos depois do doutoramento. A pessoa está a trabalhar para um projecto de outra pessoa, mas está também a criar as suas próprias ideias. Se seguir aquela carreira, vai tornar-se independente. A partir daí nada mais faz sentido. Tem de haver um contrato de trabalho.

Dantes, às instituições era-lhes dado o estatuto de poderem pagar [os seus cientistas] através das bolsas. No fundo, era um contrato de trabalho, mas um contrato livre de impostos. Claro que isto tem os seus benefícios: gastava-se menos dinheiro dos projectos. Mas abusou-se imenso. Havia bolsas para tudo. Toda a gente recebia por bolsa, ninguém pagava impostos. Às vezes, só mantínhamos as pessoas com bolsa porque eram baratas.

Quando me tornei directora do IMM, disse: "Acabou. Vamos usar as bolsas para o período experimental." Temos um bolseiro um ou dois anos e, se é bom, fica. A promoção seria o contrato.

De início, as pessoas ficaram contentes com os contratos — passaram a ganhar 14 meses [a bolsa só paga 12]. Mas quando veio o IRS, especialmente para os casados, não quiseram. Um casal com dois filhos em que só há um salário declarado recebe imenso. Tive uma revolução de pessoas que queriam voltar a ter bolsa. Isto foi antes da ideia deste ministro [Manuel Heitor, da Ciência, de reduzir as bolsas de pós-doutoramento e passá-las a contratos de trabalho]. Sou a favor de não haver um excesso de bolsas. Como foi implementado? Desastre total! As ideias são boas, mas a forma como são implementadas são um desastre. Criou-se o decreto-lei 57 [2016] e uma [norma] transitória [para quem tinha bolsas de pós-doutoramento consecutivas]. Tive três advogados a interpretar o decreto-lei de maneira diferente. Alguma coisa está errada.

Como é que fizeram?

Implementámos tudo, mas sou completamente contra. Dentro da instituição, por causa de

uma diferença de 24 horas, há pessoas com direito [a um contrato de trabalho pago pela FCT de três anos, prolongável por mais três] e outras não. Cria enormes desigualdades dentro das instituições. Essa norma transitória nunca devia ter existido. Nem percebo a lógica. Acho que quem não estiver em condições de ter uma bolsa tem de ter um contrato de trabalho. É tão simples quanto isso!

Em 2018, candidatou-se a um concurso de emprego científico da FCT. Não é uma loucura a directora de um instituto como o IMM candidatar-se a um contrato a prazo?

Não é loucura nenhuma. Não preciso de ter um emprego para a vida. Nunca me senti precária. Havia estes contratos e essa era uma maneira de não ser um peso para a instituição. Se existem, por que não? Podia, se me tivesse candidatado, ter um lugar na faculdade, mas gosto da minha liberdade. Durante um período da minha vida isso funcionou lindamente. Agora vai ser diferente: fiz a agregação para a Faculdade de Medicina de Lisboa e, em breve, espero ser lá professora. Já dou aulas — muito poucas, mas dou e gosto imenso.



“Se há retrocesso na ciência? Nem sei. O problema é que não temos previsibilidade”
Maria Manuel Mota

No seu instituto, a equipa de Miguel Prudêncio está a fazer desde 2017 ensaios clínicos na Holanda a uma vacina da malária. Quais os resultados?

A vacina desenvolvida pela equipa do Miguel Prudêncio já foi testada em humanos e os resultados serão conhecidos em breve. São muito promissores, mas os pormenores apenas poderão ser divulgados no momento em que o artigo científico em que são descritos for publicado.



O problema agora é arranjar financiamento para a próxima fase de ensaios. O Miguel precisa de dois milhões de euros — e está a pedir aos Rotários, aos NIH... Há uma luta de leões. Estão muitas vacinas a ser desenvolvidas ao mesmo tempo. Há dois tipos de vacinas: uma com o parasita atenuado, que é o caso da vacina do Miguel, e outra de subunidade, em que se injecta um bocado de uma proteína [do parasita da malária].

A vacina para a malária aprovada pela Agência Europeia do Medicamento [para uso fora da Europa e em crianças] tem apenas 30 a 50% de eficácia. Quão longe estamos de uma vacina para a malária muito eficaz?

Estamos bastante longe de uma vacina universal, porque há muitos parasitas da malária. A vacina do Miguel tem uma vantagem: apesar de ser um organismo inteiro [de um parasita que só afecta roedores], o parasita pode ser modificado. É uma mistura entre uma vacina do organismo inteiro e uma vacina de subunidade, porque podemos lá meter genes de outras espécies de parasita [como o *Plasmodium falciparum*, o mais letal nos humanos].

Não existe a tradição do mecenato em Portugal. Como se muda essa mentalidade?

Tem de existir essa mentalidade. Vamos ter no IMM a primeira pessoa a trabalhar em *fundraising* a partir de 1 de Março. Há quase dois anos criei o Fundo João Lobo Antunes, para encontrar grandes doadores com posses financeiras — individuais ou de famílias — para um fundo de dez milhões de euros para investigação no IMM. Estamos muito longe dos dez milhões. Toda a gente diz: “Impossível!” Não sei se vai ser para a minha geração, mas temos de começar a fazê-lo. Em Espanha está a funcionar lindamente, já há institutos de investigação mantidos praticamente por doadores deste género. As pessoas dão 50 ou 100 euros por ano. O IMM adoraria ter um *fundraising* de quatro milhões de euros por ano. Este número tem uma razão de ser: é o valor que gastamos na infra-estrutura. Seria o ideal para dizer que não passamos fome, que temos pão e manteiga e um copinho de água todos os dias.

Namora com Rui Horta. Trazer o mundo da dança para a sua vida racional influencia a forma como pensa a ciência?

É uma maneira de pensar com muitos pontos em comum, mas ao mesmo tempo com muito de diferente. O processo criativo — da dança, do teatro... — é em camadas, como a cebola. Há uma ideia geral do que se quer fazer e o espectáculo vai sendo construído nos ensaios. É por camadas, e a ciência tem isto também: fazemos uma observação e não ligamos. Mas um ano depois, descobrimos outra coisa e, se nos lembrarmos daquilo, fazemos a ligação. Onde sou melhor é a fazer ligações. São essas ligações que funcionam no processo criativo. Na ciência é exactamente o mesmo. [A arte] faz-me ver de maneira diferente. Sempre gostei imenso de ler, adoro ficção, filmes. Vejo imenso teatro. Sou muito mais da palavra do que do corpo em si — também vejo muita dança —, mas o teatro diz-me muito mais. Muitas vezes fiz ligações no IMM por causa de coisas que vi. Nos grandes textos está lá tudo. A diferença é que a minha descoberta pode demorar anos e, mesmo depois do “momento *eureka*”, pode demorar um ou dois anos, o que é frustrante. A perseverança é muito importante. Na ciência, fazemos maratonas. No processo criativo, fazem mais os 1500 metros.

sierb@ocilbup.tp



aseret.onimrif@ocilbup.tp

Portugal...e agora?

Uma série de entrevistas para pensar os desafios do país a curto prazo. Conversas para reflectir sobre o Portugal que vem aí, no âmbito dos 30 anos do Público.

Após uma “década perdida” por causa da estagnação económica e de dificuldades financeiras que resultaram na ajuda da troika em 2011, Portugal foi capaz de resistir a um processo de ajustamento e ganhar músculo para uma recuperação no final da década. A combinação de resiliência social com estabilidade política revelou uma sociedade mais cosmopolita e qualificada e uma série de instituições capazes de produzir novas formas de capital social para o futuro. Entre esse passado penoso e a luz de optimismo que se abriu, sobra a ideia de que o país está numa fase de transição entre um passado duro e um futuro mais esperançoso.